

Tratado E-8877/2019-6

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléa Legislativa

04 JUN 2019

Protocolo: 017/19

Processo: 017/19



Proj. de Lei Complementar nº 17/19

AO EXPEDIENTE
Em: 04/JUN 2019

Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

LIDO NA SESSÃO DO DIA
04 JUN 2019

1º Secretário

OFÍCIO Nº 310/2019/GABPRES

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual LAERTE GOMES
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Porto Velho - RO

Assunto: Encaminha Mensagem e Projeto de Lei ref. novo Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) do TCE-RO.

Senhor Presidente,

Encaminho, para apreciação e deliberação dessa egrégia Casa de Leis, a Mensagem e Projeto de Lei anexos, que tratam do novo Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração (PCCR) do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Desde já agradeço toda a atenção dispensada à proposição desta Corte de Contas.

Respeitosamente,

Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA
Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
17h 57min
03 JUN 2019

Nebera
Servidor(nome legível)



Documento assinado eletronicamente por **EDILSON DE SOUSA SILVA**, Presidente, em 03/06/2019, às 15:22, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0103228** e o código CRC **72BDA7FE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 004810/2019 SEI nº 0103228

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone: (69)3211-9001
- www.tce.ro.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROTOCOLO GAB. PRESIDÊNCIA

N. PROTOCOLO:

Entrada: 03/06/19

Saida: 16:58

Glaide Ben
Administradora CRA/RO nº 3

Encaminho á **Secretaria Legislativa** para providências cabíveis.



Claudia Souza Santos Alves
Chefe de Gabinete/Presidência

AO DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO
04/06/2019

Helder Risler de Oliveira
Secretário Legislativo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência



M E N S A G E M

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE

**EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS E SENHORES PARLAMENTARES DESSA
EGRÉGIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 39 da Constituição do Estado de Rondônia, o Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações (PCCR) e a Estrutura Funcional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia".

O Projeto de Lei, ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, objetiva instituir uma nova modelagem organizacional para o Tribunal de Contas de Rondônia, tanto em termos de estrutura funcional como de quadro de pessoal, de modo a permitir uma prestação de serviço mais célere e qualificada à sociedade rondoniense.

Ressalte-se, ilustres Parlamentares, que o presente Projeto de Lei Complementar não ensejará incremento orçamentário, nem tampouco aumento de repasse financeiro, além daquele que tem sido ordinariamente destinado à Corte de Contas.

Destaque-se que este projeto não tem como finalidade, em absoluto, incrementar despesas, quer seja de pessoal ou de custeio, mas de realocá-las de forma mais racional e efetiva, de forma que se possa, sem acréscimo de dispêndios, fazer mais e melhor.

Convém destacar, em face desses pressupostos, os ajustes de gestão já realizados e em andamento no âmbito da Corte de Contas, para viabilizar a implantação de uma nova modelagem organizacional. Em linhas gerais, convém, em síntese, enunciar:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

a) A extinção das Secretárias Regionais de Controle Externo, com uma economia ano estimada de R\$ 3,3 milhões;

b) Revisão do plano anual de compras e contratações, com redimensionamento de contratos, priorização da participação em eventos, redução racional de energia elétrica, água, telefone, materiais de expediente, impressos, uso de descartáveis, dentre outros. Medidas que ensejaram uma redução anual de despesa de, aproximadamente, R\$ 10 milhões;

c) A realização de mutirão de instrução e julgamento de processos, de forma a dar vazão ao estoque represado de processos, permitindo o planejamento e a implantação de novas metodologias de gestão e fiscalização;

d) A implantação, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados, do plano de aposentadoria incentivada, que contemplou mais de 40 servidores, o que possibilitou ampliar ainda mais o montante da economia;

c) O desenvolvimento e a implantação de várias ferramentas de tecnologia da informação, criando a possibilidade de redução da força de trabalho. Dentre outros instrumentos, podem ser citados: SPJe e seus vários módulos, SEI, MINUTA, TÔ no Controle e etc; e

d) A contratação de serviço terceirizado para atender às necessidades da Corte, extinguindo postos de trabalho.

A reestruturação prevê, ainda, a redução de níveis hierárquicos, ou seja, a extinção de, aproximadamente, 67 (sessenta e sete) unidades setoriais, assim como a diminuição do quantitativo de comissionados, o que já resultou na exoneração de quase 100 (cem) cargos em comissão e funções gratificadas.

A proposta de modernização da Corte de Contas, que se materializa neste Projeto de Lei Complementar, não é anseio apenas da presente gestão, sua elaboração foi desencadeada em 2013, quando o Conselho Superior de Administração determinou ao então Presidente que contratasse uma empresa de consultoria para que, com ênfase em governança, auxiliasse na revisão da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

estrutura organizacional e, dentre outros produtos, apresentasse proposta de um novo plano de carreiras.

Assim sendo, em 2016, foi contratada a Fundação Dom Cabral, que, a partir de um amplo debate com membros e servidores, fomentou ajustes nas seguintes temáticas gerenciais: gestão estratégica de pessoas, redimensionamento da força de trabalho, redesenho dos processos de trabalho, revisão da estrutura organizacional e reestruturação do Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações.

Vê-se, pois, que este Projeto de Lei Complementar vai muito além da revisão de tabelas remuneratórias, tendo em vista que os três pilares fundamentais da gestão - Pessoas, Processo de Trabalho e Estrutura Organizacional - precisam ser tratados em conjunto e de forma sistêmica, sob pena do órgão não cumprir com eficiência sua missão.

É fato que o plano de carreiras dos servidores do Tribunal de Contas de Rondônia, elaborado há 15 anos, precisa ser revisto, para inserção de novas ferramentas de gestão: mensuração por resultados com metas individuais, setoriais e institucionais, avaliação multifonte, evolução por desempenho, retribuição pecuniária e não pecuniária, possibilidade real de carreiras e etc.

Tais perspectivas contrapõem-se ao plano vigente, que se encontra, em função de sua obsolescência, baseado na evolução por antiguidade, em benefícios remuneratórios fixos, em avaliações formais, ínfimas possibilidades de carreiras e etc.

Importa destacar, ainda, que a nova composição remuneratória irá substituir as vantagens adquiridas por lei ou decisão judicial. Todavia, com a finalidade de assegurar o cumprimento do princípio do não decurso de vencimentos, vindo a existir uma diferença a menor entre a nova remuneração e à anterior, será assegurada ao servidor uma rubrica denominada de parcela constitucional de irredutibilidade.

Nos últimos anos, muitos são os servidores que, ante a inexistência de um plano meritocrático, têm deixado o quadro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

de pessoal do Tribunal de Contas. Diante disso, a Alta Direção deliberou por um projeto de modernização organizacional que possa atrair, reter e valorizar pessoas vocacionadas e comprometidas com a missão institucional da Corte de Contas.

Nesse contexto, o regime de teletrabalho, amplamente debatido por membros e servidores, afigura-se, desde que não exista óbice em razão da natureza do trabalho, como instrumento viável para atrair e manter servidores no quadro de pessoal, bem como para acomodar aqueles das Secretarias Regionais extintas. Eis razão pela qual se propõe a adoção desse regime laboral no âmbito da Corte de Contas.

Com esse Projeto de Lei Complementar, o Tribunal de Contas está a indicar para a Administração Pública que é possível, mesmo diante dos limites legais, desde que criadas as condições necessárias, se reinventar e se reestruturar para melhor servir o cidadão.

Registramos que, mesmo diante do teto orçamentário, será possível a implantação dessa proposta, pois as projeções realizadas estão a indicar que as despesas decorrentes do presente Projeto de Lei Complementar não impactarão negativamente nos limites fiscais.

Muito embora a implantação do plano esteja prevista para ocorrer de forma gradual ao longo de um triênio, as projeções de impacto, em razão do princípio da prudência, foram além, contemplando um quinquênio.

Estima-se, assim, que os índices da LRF, para o quinquênio, já inclusos os custos de implantação do plano, serão: em 2020 de 0,93%; em 2021 de 0,94%; em 2022 de 0,95%; e em 2023, 2024 e 2025 de 0,94%.

O Projeto de Lei Complementar prevê, ainda, por dever de cautela, que a implementação do plano se encontra condicionada à realização de levantamentos e ensaios que indiquem, com base na receita arrecadada e na perspectiva futura de arrecadação, que no exercício de sua implantação e nos dois subsequentes, os limites prudenciais não serão violados.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Gabinete da Presidência

Dessa forma, os vários levantamentos e projeções realizados, levando em consideração, dentre outros impactos, o incremento da receita do Estado, o crescimento vegetativo anual da folha, a previsão da revisão geral anual, estão a indicar que o Projeto de Lei Complementar observará, quando de sua implantação, os limites fiscais e orçamentários.

Portanto, observado o cenário institucional, econômico, político e social, e diante da demonstração da viabilidade orçamentária e financeira, vislumbra-se a conveniência e oportunidade do presente Projeto de Lei Complementar.

Assim, ao tempo que dedico especial agradecimento à Assembleia Legislativa do Estado, indispensável aos avanços experimentados pela Corte de Contas, submeto a esse Parlamento o presente Projeto de Lei Complementar para análise e aprovação.

Por fim, estendo os mais cordiais cumprimentos a Vossas Excelências e ressalto o comprometimento do Tribunal de Contas do Estado na efetivação das atribuições que a Constituição da República Federativa do Brasil lhe outorgou.

Porto Velho, 03 de Junho de 2019.

(assinado eletronicamente)
EDILSON DE SOUSA SILVA
Conselheiro Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº, DE DE DE .



Dispõe sobre o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações, o Quadro de Pessoal dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Capítulo I

Do quadro de Pessoal

Art. 1º O Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras, Cargos e Remunerações dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia regem-se por esta Lei Complementar.

Art. 2º O Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Contas é composto pela Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle e pela Carreira de Apoio Técnico e Administrativo, integradas pelos cargos estruturados em, Referências, Classes e Níveis de Atuação, conforme especificado nos Anexos I e IV desta Lei Complementar, a saber:

I - Compõem a Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle, os seguintes cargos:

- a) Auditor de Controle Externo, de nível superior;
- b) Técnico de Controle Externo, de nível médio;
- c) Auxiliar de Controle Externo, de nível fundamental- em extinção.

II - Compõem a Carreira de Apoio Técnico e Administrativo, os seguintes cargos:

- a) Analista Administrativo, de nível superior;
- b) Analista de Tecnologia da Informação, de nível superior;
- c) Técnico Administrativo, de nível médio;
- d) Técnico em Informática, de nível médio – em extinção;
- e) Auxiliar Administrativo, de nível fundamental – em extinção;
- f) Digitador, de nível fundamental – em extinção; e
- g) Motorista, de nível fundamental e médio – em extinção;

Art. 3º Integram, também, o Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, previstos no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, na forma e quantitativos expressos nos Anexos IX e XI desta Lei Complementar.



§ 1º Em cumprimento ao inciso V do artigo 37 da Constituição Federal, fica estabelecido que, pelo menos, 50% (cinquenta por centos) dos cargos em comissão da estrutura do Tribunal de Contas deverão ser ocupados por servidores efetivos.

§ 2º O cargo de Secretário-Geral de Controle Externo será privativo de servidores da carreira de Auditoria, Inspeção e Controle.

§ 3º Os cargos de provimento em comissão da Secretaria Geral de Controle Externo previstos nesta Lei Complementar serão ocupados por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

§ 4º As funções e atribuições de apoio administrativo da Secretaria Geral de Controle Externo poderão ser ocupadas por pessoas não pertencentes à Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle.

§ 5º A Secretaria-Geral de Controle Externo, para a realização de trabalho que demande conhecimento especializado não disponível no quadro da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle, poderá contar com o apoio de servidores lotados em qualquer unidade do Tribunal ou de especialistas externos, observada a legislação pertinente.

§ 6º O cargo de Secretário-Geral de Administração poderá receber atribuição de ordenação de despesas mediante delegação por ato do Presidente do Tribunal de Contas.

§ 7º O Presidente, para atender a necessidade do serviço, poderá designar servidores efetivos e comissionados para atuarem em qualquer setor da estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Capítulo II

Das Atribuições dos Cargos

Art. 4º As atribuições dos cargos que compõem a Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle e a Carreira de Apoio Técnico e Administrativo encontram-se descritas no Anexo III.

§ 1º A condução de veículos particulares pelos ocupantes do cargo de motorista prevista em suas atribuições, conforme disposto no Anexo III desta Lei Complementar será regulamentada por resolução a ser expedida pelo Conselho Superior de Administração.

§ 2º Para atender o interesse da Administração, nos termos fixados em resolução, os agentes públicos autorizados poderão conduzir os veículos oficiais do Tribunal de Contas.

§ 3º O Tribunal de Contas regulamentará em resolução, além das previstas no *caput*, outras atribuições pertinentes a cada cargo de que trata esta Lei Complementar, de acordo com o interesse da Administração.

Capítulo III

Do Ingresso

Art. 5º. Os requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos das carreiras do

quadro de pessoal permanente do Tribunal de Contas encontram-se descritos no Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 6º. O ingresso nos cargos do quadro permanente de pessoal do Tribunal de Contas do Estado far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, sempre nas classes e referências iniciais dos respectivos cargos.

§ 1º O Tribunal de Contas estabelecerá, em ato próprio, a distribuição, entre as suas unidades internas respeitadas as áreas de atuação.

§ 2º Compete ao Conselho Superior de Administração, segundo a conveniência e oportunidade, estabelecer no edital de concurso público a quantidade de vagas para cada área de atuação definida no Anexo III, podendo, ainda, ser exigida habilitação e/ou titulação legal específica.

§ 3º O provimento dos cargos deverá obedecer ao prazo de validade do concurso e a ordem de classificação.

Art. 7º O concurso público poderá, segundo definido discricionariamente no edital, realizar-se em duas etapas:

I - Primeira etapa, com:

- a) prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) investigação social, de caráter eliminatório;
- d) avaliação psicológica, de caráter eliminatório; e
- e) avaliação de títulos, de caráter classificatório.

II - Segunda etapa, com curso de formação, de caráter eliminatório e/ou classificatório.

§ 1º A investigação social deverá ser regulamentada pelo Conselho Superior de Administração, que poderá observar os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, e no Anexo XII.

§ 2º O curso de formação deverá ser regulamentado pelo Conselho Superior de Administração, podendo ser, discricionariamente, estabelecido no edital, como etapa do concurso.

Capítulo IV

Dos benefícios e retribuições pecuniárias

Art. 8º Os servidores efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas terão vencimentos básicos de acordo com o disposto no Anexo V.

Art. 9º A remuneração dos cargos efetivos será composta por:

- I – Vencimento Básico;
- II - Gratificação de Resultado;
- III – Gratificação de Qualificação;



§ 1º A remuneração dos Auditores e Técnicos de Controle Externo que atenderem aos requisitos da Lei Complementar n. 692/2012 será composta, ainda, pela verba de correção das distorções remuneratórias prevista na referida Lei.

§ 2º A remuneração dos servidores que atenderam aos requisitos do artigo 21 da Lei Complementar n. 307/2004 será composta, ainda, da Parcela Temporária de Adequação Remuneratória (PTAR), sobre a qual incidirá apenas a revisão geral anual da remuneração de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal.

Art. 10 Além das verbas remuneratórias constantes no artigo 9º, serão concedidos ao agente público:

I - Adicional de Férias;

II - Gratificação Natalina; e

III - Auxílios: saúde direto, saúde condicionado, alimentação e transporte.

Parágrafo único. Os benefícios de que trata o inciso III deste artigo terão seus valores alterados por resolução do Conselho Superior de Administração, que também estabelecerá os agentes públicos beneficiários.

Art.11 Fica autorizado o Presidente do Tribunal de Contas, exigindo-se anuência do Conselho Superior de Administração, a converter em pecúnia as férias e as licenças prêmios não gozadas, ainda que não estejam acumuladas, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 12 Ao servidor efetivo nomeado para exercer cargo em comissão é facultado optar por receber:

I - A totalidade da remuneração do cargo em comissão ou;

II- A remuneração do cargo efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração do cargo em comissão, a título de gratificação de representação, não incorporável para qualquer efeito, ressalvado o disposto na legislação previdenciária vigente.

Art. 13 O servidor colocado à disposição do Tribunal de Contas, quando do exercício de cargo em comissão, é facultado optar por receber:

I- A totalidade da remuneração do cargo em comissão ou;

II- A remuneração do cargo efetivo do órgão de origem, acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo em comissão.

§ 1º O servidor cedido ao Tribunal de Contas que for remunerado por subsídio, poderá, quando investido em cargo em comissão de direção ou chefia, receber, além do subsídio, 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração do cargo em comissão, a título de verba de representação.

§ 2º Observado o interesse da Administração e a existência de previsão orçamentária e disponibilidade financeira, o Tribunal de Contas poderá indenizar os direitos adquiridos e não gozados dos servidores que lhe forem cedidos, com ou sem ônus, de qualquer ente federado, tais como férias e licença prêmio por assiduidade, podendo, ainda, pagar auxílios que são assegurados aos seus servidores.

§ 3º O servidor em exercício no Tribunal de Contas poderá ser convocado para prestar serviços durante o período de recesso, fazendo jus à folga compensatória ou à equivalente conversão em pecúnia.

§ 4º Os servidores cedidos ao Tribunal de Contas poderão ou não exercer cargo em comissão ou função gratificada.

Art. 14 O servidor em substituição ao titular de cargo ou função de direção ou chefia e assessoramento fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função nos termos da resolução do Conselho Superior de Administração, que poderá prever tempo mínimo, forma de pagamento e cumulação de cargos.

Art. 15 Farão jus às gratificações definidas no Anexo VII os servidores designados para:

I - Comissão de Licitação, Equipe de Apoio ao Pregoeiro, exercício da função de Pregoeiro ou Presidente da Comissão de Licitação;

II - Comissão Permanente de Sindicância ou Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito da Corregedoria;

III - Comissão de Redação e Atualização de Normas;

IV – Comissão de Gestão de Desempenho; e

V -Desenvolver trabalhos extraordinários mediante prévia designação da Presidência do Tribunal de Contas.

§ 1º O servidor poderá ser designado para desempenhar mais de uma função, mas não poderá receber mais de uma gratificação.

§ 2º As gratificações de que trata o *caput*, em razão da sua natureza jurídica, poderão ser acumuladas com a remuneração dos cargos de direção, chefia e assessoramento do quadro de pessoal do Tribunal de Contas.

§ 3º As gratificações previstas no *caput* não são computáveis para fins de disponibilidade e aposentadoria.

§ 4º Os membros suplentes das Comissões de Sindicância ou de Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terão direito à gratificação quando em substituição, independentemente do período de substituição.

§ 5º Os membros da Comissão de Sindicância devem ser servidores efetivos e os da Comissão Permanente de Processo Administrativo devem ser servidores efetivos estáveis, sendo que todos deverão pertencer ao Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal de Contas.

§ 6º Os membros integrantes das Comissões de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar serão nomeados pelo Presidente do Tribunal de Contas, por indicação do Corregedor-Geral, pelo período de dois anos, permitidas reconduções, e desempenharão, no âmbito da Corregedoria-Geral, as atribuições previstas em resolução do Conselho Superior de Administração.

§ 7º Os membros suplentes das Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar poderão ser convocados pelo Presidente do Tribunal de Contas, por solicitação do Corregedor-Geral, para desempenharem atividades de interesse



da Corregedoria-Geral e farão jus a receber, no período da convocação, à gratificação de Comissão Disciplinar disposta no Anexo VII desta Lei Complementar.

§ 8º A designação da Comissão de Redação e Atualização de Normas, cujas atividades são temporárias, será feita pelo Presidente do Tribunal de Contas.

§ 9º As atribuições da Comissão de Redação e Atualização de Normas de que trata este artigo serão desenvolvidas fora do horário de expediente do Tribunal de Contas.

§ 10º O Membro do Tribunal de Contas ou do Ministério Público de Contas designado para compor a Comissão de Redação e Atualização de Normas não fará jus à percepção da gratificação prevista neste artigo.

§ 11º O Presidente designará servidor para integrar a Comissão de Gestão de Desempenho, que terá mandato, atribuições e competências definidos em resolução do Conselho Superior de Administração.

§ 12º o Presidente poderá nomear Conselheiro ou Conselheiro Substituto para compor Comissão de Gestão de Desempenho.

Art. 16 O militar requisitado para exercer atividades de segurança institucional, de natureza militar, no Tribunal de Contas, fará jus à percepção mensal, enquanto perdurar a necessidade excepcional de segurança, da gratificação Especial de Segurança Institucional disposta no Anexo VII desta Lei Complementar, não incorporável para qualquer efeito, sem prejuízo dos seus vencimentos no órgão de origem.

§ 1º Além do disposto do *caput*, o militar poderá optar por perceber os auxílios saúde, transporte e alimentação, concedidos aos servidores do Tribunal de Contas, não cumulativos com benefícios ou auxílios semelhantes pagos, no órgão de origem, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 2º Os militares requisitados compõem o quadro de pessoal da Assessoria de Segurança Institucional.

Art. 17 Fica instituída a Gratificação de Resultado devida aos titulares dos cargos da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle e da carreira de Apoio Técnico e Administrativo, em exercício no Tribunal de Contas.

§ 1º A Gratificação de Resultado será paga mediante aferição de resultados institucionais, setoriais e individuais conforme regulamentação do Conselho Superior de Administração.

§ 2º A Gratificação de Resultado será implementada gradualmente, observados os limites orçamentários, financeiros e fiscais, conforme Anexo VIII.

Art. 18 Fica instituída a Gratificação de Qualificação, a ser paga aos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de acordo com anexo VIII:

§ 1º Os valores referentes à Gratificação de Qualificação de que trata o *caput* deste artigo poderão ser alterados por resolução do Conselho Superior de Administração do Tribunal de Contas, que também estabelecerá os seus agentes públicos beneficiados.

§ 2º Os valores referentes à conclusão de curso de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado não são acumuláveis.

Art. 19 O servidor efetivo ou cedido ao Tribunal de Contas do Estado, mediante autorização do Presidente do Tribunal de Contas, sem prejuízo da remuneração do cargo,

poderá, observada a conveniência e a oportunidade e o interesse da Administração, usufruir de licença para frequentar curso de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, em instituição de ensino no País ou no exterior, desde que haja correlação entre o curso pretendido e as atribuições fixadas pela legislação ao Tribunal de Contas.

§ 1º O servidor beneficiado pelas disposições do *caput*, mediante termo de compromisso, ficará obrigado, após concluído o curso, a reassumir o exercício de suas atividades e a manter-se nestas por período igual ao do afastamento, contado a partir do retorno ao efetivo exercício funcional, sob pena de ressarcimento da remuneração percebida durante o seu afastamento.

§ 2º Os benefícios de que tratam este artigo se aplicam aos membros do Tribunal de Contas e aos do Ministério Público de Contas.

Art. 20 Fica o presidente do Tribunal de Contas do Estado autorizado, observada a conveniência, a oportunidade e o interesse da Administração, nos termos de resolução do Conselho Superior de Administração e por este previamente aprovado, mediante procedimento formal, a indenizar ou ressarcir, total ou parcialmente, o servidor efetivo, cedido e o membro do Tribunal de Contas ou do Ministério Público de Contas, os custos decorrentes de curso de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, em instituição de ensino no País ou no exterior, desde que haja correlação entre o curso pretendido e as atribuições fixadas pela legislação ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 21 Ao agente público aposentado, exonerado e aos dependentes do servidor falecido, será devida indenização de férias e de licença prêmio por assiduidade não usufruídas, calculada sobre a remuneração do mês antecedente à ruptura do vínculo.

Art. 22 A remuneração, provento ou pensão mensal, a qualquer título, do servidor não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) da remuneração dos Conselheiros, excluídas a Parcela Constitucional de Irredutibilidade, aplicando-se o redutor para adequá-la à Lei.

Art. 23 A revisão da remuneração dos cargos efetivos e em comissão do Tribunal de Contas obedecerá os limites das despesas de pessoal de que trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 24 Fica extinta a Gratificação de Produtividade, criada pela Lei Complementar n. 307/2004, percebida pelos integrantes da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle.

Art. 25 Os valores da remuneração dos cargos em comissão estão dispostos no Anexo IX desta Lei Complementar.

Capítulo V

Da Evolução na Carreira

Art. 26 A evolução do servidor integrante da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle e da Carreira de Apoio Técnico e Administrativo ocorrerá mediante progressão entre referências e promoção entre classes e níveis de atuação, conforme o Anexo IV.

Art. 27 A progressão entre referências dependerá de:

I – cumprimento do interstício de 18 meses de efetivo exercício; e



II – atendimento a requisitos de desenvolvimento e desempenho, aferidos por avaliação, conforme disposto nesta Lei Complementar e em resolução do Conselho Superior de Administração.

Parágrafo Único. A primeira progressão do servidor ocorrerá quando da aprovação no estágio probatório e a obtenção da estabilidade.

Art. 28 A promoção entre classes dependerá de:

I – cumprimento de todas as referências da classe anterior; e

II – atendimento a requisitos de desenvolvimento e desempenho, aferidos por avaliação, conforme disposto nesta Lei Complementar e em resolução do Conselho Superior de Administração.

Art. 29 A promoção entre níveis de atuação dependerá de:

I – Aprovação em processo seletivo, a ser regulamentado pelo Conselho Superior de Administração;

II - Atingimento da referência “D”, da Classe I, do nível de atuação Técnico Profissional, para ascensão ao nível de especialista; e

III – atingimento da Referência “D”, da Classe II, do nível de atuação de especialista, para ascensão ao nível de consultor.

Art. 30 A resolução do Conselho Superior de Administração deverá estabelecer as áreas de atuação e a quantidade de vagas a serem disponibilizadas, observando os seguintes percentuais:

I- Para o nível de especialista: até 30% do total de servidores integrantes do quadro permanente de pessoal.

II- Para o nível de consultor: até 30% do total de servidores integrantes do nível de especialista.

§ 1º A mudança de nível de atuação, após o processo seletivo, deverá ser aprovada pelo Conselho Superior de Administração, mediante parecer da Corregedoria.

§ 2º Transcorrido o período de 10 anos de permanência do servidor no nível de atuação de especialista ou de consultor a vaga por ele ocupada deixará de ser computada, abrindo, assim, nova vaga para que outro servidor possa concorrer ao nível de atuação de especialista ou consultor.

§ 3º A disponibilização de vagas para especialista e consultor deverá observar, além dos limites definidos, as necessidades do Tribunal de Contas e os limites fiscais e orçamentários para realização de despesa com pessoal.

§ 4º Não será considerado como de efetivo exercício no cargo, para efeito de progressão ou promoção o tempo relativo às faltas injustificadas, licença para tratamento de interesses particulares, suspensão disciplinar, prisão decorrente de decisão judicial, licença para concorrer a mandato eletivo, licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

§ 5º O período em que o servidor do quadro permanente do Tribunal de Contas art. estiver cedido a outro órgão ou a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios poderá ser aproveitado para fins de progressão, na



forma regulamentada pelo Conselho Superior de Administração.

Capítulo VI

Da Jornada de Trabalho e do Teletrabalho

Art. 31 O Tribunal de Contas do Estado fixará, em resolução, a sua jornada normal de trabalho, jornada flexível e banco de horas.

§ 1º Poderão ser fixadas formas distintas de cumprimento da jornada de trabalho para as unidades administrativas e gabinetes, bem como para os servidores quando se afastarem da sede em caráter eventual ou transitório.

§ 2º É facultado o estabelecimento de jornada diária ininterrupta de trabalho.

Art. 32 Fica instituído, nos termos da resolução do Conselho Superior de Administração, o regime de Teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas, que poderá ser adotado para servidores efetivos, cedidos e comissionados exclusivos.

Parágrafo único. Os servidores em regime de Teletrabalho terão sua jornada mensurada por meio do cumprimento de metas estabelecidas em acordo de desempenho.

Capítulo VII

Da Gestão de Desempenho

Art. 33 O servidor estável ocupante de cargo de provimento efetivo e o detentor de cargo comissionado ou função gratificada, no âmbito do Tribunal de Contas, será submetido à Sistemática de Gestão de Desempenho, conforme resolução do Conselho Superior de Administração.

Art. 34 A avaliação de desempenho deverá observar, pelo menos, as dimensões de:

I – Resultados individuais, setoriais e institucionais;

II – Competências profissionais;

III - Cumprimento dos deveres funcionais de disciplina, assiduidade e pontualidade; e

IV - Desenvolvimento e aprimoramento profissional.

Art. 35 A avaliação de desempenho deverá ser feita por múltiplas fontes e seus resultados devem ser extraídos para fins de progressão, promoção, gratificação de resultado, capacitação e manutenção em cargo em comissão, conforme sistemática e pesos definidos em resolução do Conselho Superior de Administração.

Art. 36 Será considerado desempenho satisfatório aquele igual ou superior a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima e insatisfatório aquele inferior a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima.

Art. 37 Perderá o cargo por desempenho insatisfatório o servidor estável que receber, no resultado final das avaliações do ciclo anual de Gestão de Desempenho:



I - 2 (dois) conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório;

II - 3 (três) conceitos intercalados de desempenho insatisfatório em 5 (cinco) resultados consecutivos; ou

III - 4 (quatro) conceitos intercalados de desempenho insatisfatório em 10 (dez) resultados consecutivos.

Art. 38 O servidor avaliado será notificado do resultado parcial que lhe for atribuído, cabendo pedido fundamentado de reconsideração ao gestor imediato e recurso à Comissão de Gestão de Desempenho, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Até que se julgue o recurso interposto, será utilizado, para os devidos fins, o resultado original da avaliação e, caso o recurso seja provido, serão realizadas as devidas compensações, conforme o novo resultado da avaliação.

Art. 39 O Presidente do Tribunal de Contas, poderá suspender, excepcionalmente, as avaliações de desempenho e seus efeitos, desde que manifestação favorável da Corregedoria indique o desvirtuamento da Sistemática de Gestão de Desempenho, não cabendo recurso desta decisão.

Capítulo VIII

Do Estágio Probatório

Art. 40 O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo no Tribunal de Contas, para fins de aquisição de estabilidade, fica sujeito a um período de estágio probatório de 3 (três) anos, em que será submetido à Sistemática de Gestão de Desempenho, conforme resolução do Conselho Superior de Administração.

Parágrafo único. Serão realizadas 6 (seis) avaliações especiais de desempenho, durante o período de 3 (três) anos.

Art. 41 A avaliação especial de desempenho para aquisição de estabilidade deverá, nos termos da resolução, observar, minimamente, os seguintes requisitos:

I – Capacidade de iniciativa;

II - Produtividade;

III – Responsabilidade;

IV - Assiduidade e pontualidade;

V - Disciplina; e

VI - Desenvolvimento e aprimoramento profissional.

Art. 42 Será considerado desempenho satisfatório aquele igual ou superior a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima e insatisfatório aquele inferior a 70% (setenta por cento) da pontuação máxima.

Art.43 Será reprovado no estágio probatório o servidor que:

I – Receber 2 (dois) conceitos sucessivos de desempenho insatisfatório;

II – Receber 3 (três) conceitos intercalados de desempenho insatisfatório dentre as 6 (seis) avaliações consecutivas

Art. 44 O servidor avaliado será notificado do resultado parcial que lhe for atribuído, cabendo pedido fundamentado de reconsideração à Comissão de Gestão de Desempenho e recurso ao Presidente do Tribunal de Contas, com efeito suspensivo.

Capítulo IX

Das Vedações

Art. 45 É vedado aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pertencentes à Auditoria, Inspeção e Controle realizar perícia ou outras atividades de natureza assemelhada, salvo nos casos previstos em acordos ou instrumentos congêneres.

Art. 46 É vedado ao servidor do Tribunal de Contas

I - Divulgar ou facilitar a divulgação, sem prévia autorização da autoridade competente, de informações e documentos sigilosos que teve acesso em razão do exercício do cargo ou função;

II - Atuar em processo ou procedimento quando envolver interesse próprio, de cônjuge, de parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de pessoa com quem mantenha ou manteve relação afetiva ou de que seja inimigo ou que envolva órgão ou entidade com o qual tenha mantido vínculo profissional nos últimos dois anos;

III - Atuar direta ou indiretamente, como patrono, perante o Tribunal de Contas, após deixar suas funções, pelo prazo de 1 (um) ano, ressalvado o exercício da advocacia pública ou atuação em causa própria.

Parágrafo único. A vedação do inciso III também se aplica à atuação no Poder Judiciário em processos que tenha laborado quando no exercício de suas funções.

Capítulo X

Do Ajustamento de Conduta Disciplinar

Art. 47- Fica instituído o Termo de Ajustamento de Conduta para fins disciplinares no âmbito do Tribunal de Contas, com a finalidade de servir de medida alternativa à eventual aplicação de penalidade e também como forma de recomposição de danos de pequeno valor.

§ 1º A regulamentação do Termo de Ajustamento de Conduta será definida por meio de resolução do Conselho Superior de Administração.

§ 2º O Ajustamento de Conduta não possui caráter punitivo e, sempre que cabível, poderá ser adotado, a qualquer tempo, como forma de compor a irregularidade ou infração.

§ 3º O descumprimento das condições postas no Termo de Ajustamento de Conduta, em especial o não ressarcimento ao erário, será considerado para efeitos de abertura direta de processo administrativo disciplinar por falta do dever de lealdade.



§ 4º O ajustamento de conduta proposto suspende a instauração de Sindicância Administrativa e de Processo Administrativo Disciplinar e exclui eventual aplicação de pena, se cumprido os termos ajustados.

Capítulo XI

Disposições Finais

Art. 48 A implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração de que trata esta Lei Complementar somente ocorrerá se os levantamentos e ensaios realizados pelo Tribunal de Contas revelarem, com base na receita arrecada e na perspectiva futura de arrecadação, que no exercício de sua implantação e nos dois subsequentes, não será violado o limite prudencial de despesa com pessoal.

§ 1º Se nas etapas de implantação da gratificação de resultados houver a perspectiva de violação de que trata o *caput*, os levantamentos e ensaios devem ser repetidos, sucessivamente, reduzindo-se os percentuais de implantação da gratificação até que o montante a ser incorporado seja consentâneo com o limite prudencial.

§ 2º A perspectiva da impossibilidade de incorporação do percentual nos termos previstos neste artigo não impede a realização de outras despesas com pessoal pelo Tribunal de Contas.

Art. 49 O Tribunal de Contas observará, no desempenho de suas atividades administrativas, as diretrizes da política de gestão de pessoas por competências e resultados, a ser regulamentada pelo Conselho Superior de Administração, abrangendo os seguintes subsistemas:

- I – Gestão por Competências;
- II – Gestão de Desempenho;
- III - Capacitação e Desenvolvimento;
- IV– Recrutamento e Seleção; e
- V – Reconhecimento e Retribuição.

§ 1º O desenvolvimento de competências constitui responsabilidade compartilhada do servidor e do Tribunal de Contas.

§ 2º O planejamento anual de capacitação e desenvolvimento da Escola Superior de Contas terá como base as lacunas de competências técnicas, comportamentais e gerenciais detectadas pela sistemática de gestão de desempenho.

§ 3º Deverão ser realizadas avaliações de reação, impacto e resultados de forma contínua, com a finalidade de aferir a efetividade do planejamento anual de capacitação da Escola Superior de Contas.

§ 4º Deverão ser adotadas trilhas de aprendizagem, estabelecendo maneiras alternativas e flexíveis de desenvolvimento de competências.

§ 5º Fica o Tribunal de Contas autorizado, nos termos da resolução do Conselho Superior de Administração e observado a conveniência e a oportunidade, a promover ou facilitar a participação dos seus agentes públicos em:

I- Eventos de capacitação, com vistas a cumprir os acordos de desenvolvimento e suprir as lacunas de competências técnicas, comportamentais e gerenciais;

II- Intercâmbios com órgãos de referência, tais como: Tribunais de Contas, Ministério Público de Contas, IRB, Atricon, Intossai, Olacefs, Eurossai, OCDE, Entidades Superiores de Fiscalização e Controladoria Geral da União;

III- Eventos esportivos como forma de promoção da qualidade de vida no trabalho e fomento ao desenvolvimento de política de gestão de pessoas.

Art. 50 O Tribunal de Contas poderá instituir, mediante resolução do Conselho Superior de Administração, carreira gerencial, definindo os cargos comissionados que a integrarão, os critérios para ingresso na carreira, as regras para desenvolvimento e os critérios para a permanência no cargo ocupado.

Art. 51 O Estatuto dos Servidores do Estado de Rondônia, Lei Complementar n. 68/92, aplica-se aos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no que não conflitar com o disposto nesta Lei Complementar.

Capítulo XII

Das Disposições Transitórias

Art. 52 A composição remuneratória desta Lei Complementar substitui todas as parcelas e vantagens percebidas anteriormente, adquiridas por Lei ou decisão judicial.

§ 1º Se a implementação desta Lei Complementar resultar em decréscimo de remuneração fica assegurado o pagamento da Parcela Constitucional de Irredutibilidade (PCI).

§ 2º A Parcela Constitucional de Irredutibilidade (PCI) é verba de natureza transitória, que será absorvida no valor da remuneração por ocasião de futuros reajustes, reestruturação parcial ou setorial, ressalvada apenas a incidência da revisão geral anual da remuneração de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal.

§ 3º A Parcela Constitucional de Irredutibilidade (PCI) não poderá ser utilizada, em qualquer situação, para compor outra vantagem pecuniária.

Art. 53 Os atuais ocupantes de cargo efetivo, na implantação desta Lei Complementar, serão enquadrados na referência imediatamente superior àquela em que se encontravam na legislação anterior.

Parágrafo único. Para efeito de progressão e promoção dos atuais ocupantes de cargo efetivo, será adotada como data de referência inicial o dia 1º de abril de 2020, passando a fluir, a partir dessa data, o prazo de 18 meses, estabelecido no art. 27, I, desta Lei Complementar.

Art. 54 A implantação da Sistemática de Gestão de Desempenho se dará em experiência piloto, cujo prazo será fixado em ato próprio da Presidência, com o objetivo de gerar aprendizado aos participantes e identificar eventuais necessidades de ajustes para sua implantação plena.



§ 1º Até que se conclua a experiência piloto e o primeiro ciclo oficial da Sistemática de Gestão de Desempenho seja processado, será utilizado como valor de referência:

I - Para pagamento da Gratificação de Resultado, a média das 24 últimas avaliações de produtividade, quando o servidor for da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle, e a média das 2 últimas avaliações de desempenho, quando o servidor pertencer às demais carreiras do Tribunal de Contas.

II - Para implementação das progressões ou promoções funcionais a média das 2 últimas avaliações de desempenho para todas as carreiras.

§ 2º os servidores da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle que desempenham funções que não exigiam avaliação de produtividade, receberão a gratificação de resultado de maneira integral, até que seja processado o primeiro ciclo oficial da Sistemática de Gestão de Desempenho.

Art. 55 É assegurado ao servidor da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle e da Carreira de Apoio Técnico e Administrativo cujos proventos da aposentadoria terão por referência a remuneração do cargo efetivo, a incorporação aos proventos da Gratificação de Resultado, desde que tenha contribuído por, pelo menos, 60 (sessenta) meses.

§1º O cálculo da parcela do caput terá como referência a média aritmética simples dos valores percebidos a título de Gratificação de Resultados nos últimos 60 (sessenta) meses.

§2º Caso o servidor não tenha contribuído por, pelo menos, 60 (sessenta) meses, a incorporação aos proventos far-se-á à razão de um sessenta avos por mês de contribuição, com base na média aritmética simples dos valores percebidos.

Art. 56 Os servidores aposentados antes da vigência desta Lei Complementar, com direito à paridade previsto na Constituição Federal, serão reequadrados na classe e referência equivalente àquela constante no seu ato concessório.

Art. 57 Aos pensionistas com direito à paridade será assegurado o mesmo tratamento previsto no artigo anterior.

Art. 58 A redação do inciso IV, do artigo 73, da Lei Complementar n. 154 de 26 de julho de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

“IV - exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista”

Art. 59 Fica revogada a Lei Complementar 763/2014

Art. 60 Ficam revogados:

I – art. 111 da Lei Complementar 154, de 26 de julho de 1996;

II - arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 18-A, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 27-A, 27-B, 27-C, 27-D, 27-E, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 38-A, 39, 42, 43, 44, anexos

II, III, IV, V, VI, VII, VIII IX, X, X-A, X-B, X-C e XI da Lei Complementar 307, de 1º de outubro de 2004.

III arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 508, de 15 de junho de 2009;

IV– arts. 2º, 3º, Art. 4º e anexo único da Lei Complementar 765, de 1º de abril de 2014;

V – arts. 3º e 6º da Lei Complementar 786, de 15 de julho de 2014;

VI – arts. 14 e 19, anexos I, II, III e IV da Lei Complementar 799, de 25 de setembro de 2014;

VII – arts.109-A, §3º, do Art. 116,120 e anexos I, II e III, da Lei Complementar 859, de 18 de fevereiro de 2016.

Art. 61 As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária do Tribunal de Contas, vedada suplementação orçamentária.

Art. 62 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em de de 2019, da República.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador



ANEXO I

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Situação da Lei Complementar 307/2004		Situação com a nova Lei Complementar		
Carreira	Cargo	Carreira	Cargo	
Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle	Auditor de Controle	Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle	Auditor de Controle	
	Externo Técnico de Controle		Externo Técnico de Controle	
	Externo Auxiliar de Controle		Externo Auxiliar de Controle	
	Externo – em Extinção		Externo – em extinção	
Carreira de Apoio Técnico e Administrativo	Administrador	Carreira de Apoio Técnico e Administrativo	Analista Administrativo	
	Assistente Social			
	Bibliotecário			
	Contador			
	Economista			
	Técnico em			
	Técnico em Redação		Analista de Tecnologia da Informação	
	Analista de Tecnologia da Informação			
	Agente Administrativo			Técnico Administrativo
	Técnico em Informática – em			Técnico em Informática – em
	Motorista			Motorista – em
	Auxiliar Administrativo			Auxiliar Administrativo
	– em extinção Auxiliar de Serviços			– em extinção Auxiliar de Serviços
Digitador – em	Digitador – em			
-----	Procurador Jurídico	-----	Procurador Jurídico	

ANEXO II

QUADROS DE PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Quadro I –Estrutura de Cargos da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle

CARREIRA DE AUDITORIA, INSPEÇÃO E CONTROLE		
Nível de Escolaridade do Cargo	Nome do Cargo	Quantitativo
Superior	Auditor de Controle Externo	144
Médio	Técnico de Controle Externo	45
Fundamental	Auxiliar de Controle Externo – em extinção	10
TOTAL		199

Quadro II –Estrutura de Cargos da Carreira de Apoio Técnico e Administrativo

CARREIRA DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO		
Nível de Escolaridade do Cargo	Nome do Cargo	Quantitativo
Superior	Analista Administrativo	24
	Analista de Tecnologia da Informação	15
Médio	Técnico Administrativo	56
	Técnico em Informática – em extinção	3
	Motorista – em extinção	14
Fundamental e Alfabetização	Auxiliar Administrativo – em extinção	13
	Digitador – em extinção	3
TOTAL		128

Quadro III –Estrutura de Cargos da Área Jurídica

ÁREA JURÍDICA		
Nível de Escolaridade do Cargo	Nome do Cargo	Quantitativo
Superior	Procurador Jurídico	5
TOTAL		5

Quadro IV – Total Geral de Cargos

TOTAL GERAL DE CARGOS	
Nível de Escolaridade do Cargo	Quantitativo
Superior	188
Médio	118
Fundamental	26
TOTAL	332



ANEXO III

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

I – Cargos da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle

CARGO: Auditor de Controle Externo
Requisitos de Ingresso
Diploma de conclusão de curso de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, podendo ser exigida habilitação e/ou titulação legal específica, conforme definido em edital de concurso.
Atribuições
<p>a) Planejar, propor, coordenar e realizar fiscalizações de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das entidades da Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações, fundos e sociedades instituídas e mantidas por eles, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade;</p> <p>b) Apurar a confiabilidade dos sistemas de Controle Interno dos órgãos e entidades estaduais e municipais e obter todos os elementos necessários à formação de conclusões sobre as contas dos responsáveis, o controle das licitações, o controle dos atos de admissão de pessoal, reservas, aposentadorias, reformas, pensões, aplicação das subvenções e renúncia de receita, além de outras atribuições decorrentes da legislação pertinente.</p> <p>c) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.</p>
Áreas de atuação a serem ser especificadas em concurso público:
<ul style="list-style-type: none">▪ Obras e infraestrutura pública▪ Auditoria Governamental▪ Gestão de Pessoas▪ Gestão de Tecnologia da Informação▪ Saúde e Políticas Públicas▪ Dentre outras especificadas em Ato próprio

CARGO: Técnico de Controle Externo
Requisitos de Ingresso
Diploma de nível médio, podendo ser exigida habilitação específica conforme estabelecer o edital de concurso público.
Atribuições
<p>a) Executar, sob supervisão, atividades da área de Controle Externo, nelas incluídas a instrução de processos, elaboração de relatórios, participação no planejamento e na realização de inspeções e auditorias referentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Direta ou Indireta de quaisquer dos Poderes do Estado e dos Municípios.</p> <p>b) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.</p>

CARGO: Auxiliar de Controle Externo (em extinção)
Requisitos de Ingresso
Diploma de conclusão de curso de nível fundamental.
Atribuições
<p>a) Executar, sob supervisão, atividades de natureza auxiliar da área de Controle Externo, nelas incluídas, a pesquisa, a classificação, o arquivamento e o registro de documentos e de processos concernentes à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Direta ou Indireta de quaisquer dos Poderes do Estado e dos Municípios.</p> <p>b) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.</p>

II- Cargos da Carreira de Apoio Técnico e Administrativo

CARGO: Analista Administrativo
Requisitos de Ingresso
Diploma de conclusão de curso de nível superior, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, podendo ser exigida habilitação legal específica, conforme definido em edital de concurso.
Atribuições
<p>a) realizar atividades de natureza administrativa e logística de nível superior do Tribunal, aplicando instrumentos de acompanhamento, avaliação, pesquisa, controle e comunicação referentes aos planos, programas, projetos e atividades desenvolvidas;</p> <p>b) analisar e propor melhorias em rotinas, procedimentos, métodos e processos de trabalho referentes à gestão de pessoas, gestão orçamentária, contábil e financeira, logística e aquisições, contratos e convênios, gestão da informação e organização documental, gestão patrimonial, manutenção e obras de instalações prediais, de</p>



equipamentos e serviços gerais, gestão de projetos, programas e estratégia organizacional, assim como áreas correlatas da administração;

c) elaborar, instruir, organizar e acompanhar processos, documentos, estudos, manuais e informações referentes a matérias de natureza técnica ou administrativa;

d) opinar sobre questões pertinentes à aplicação de legislação, afeta à sua área de atuação, no âmbito do Tribunal;

e) realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

Áreas de atuação a serem especificadas em concurso público:

- Gestão de Pessoas;
- Gestão orçamentária, contábil e financeira;
- Logística e aquisições, contratos e convênios;
- Gestão da informação e organização documental;
- Gestão patrimonial, manutenção e obras de instalações prediais, de equipamentos e serviços gerais;
- Gestão de projetos, programas e estratégia organizacional;
- Dentre outras especificadas em ato próprio.

CARGO: Analista de Tecnologia da Informação

Requisitos de Ingresso

Diploma de nível superior na área da Computação, conforme estabelecer o edital de concurso público, podendo ser exigida habilitação e ou titulação legal específica.

Atribuições

a) implementar projetos de engenharia e construção de software, desenvolvendo novas funcionalidades, testando e mantendo sistemas de acordo com as metodologias e técnicas adequadas, visando atender aos objetivos estabelecidos quanto à qualidade, custos, prazos e benefícios; prestar suporte aos sistemas; participar do planejamento, execução, medição e melhorias dos processos de desenvolvimento de software;

b) definir estruturas de dados e ambientes de banco de dados, baseando-se nas diretrizes tecnológicas e nas metodologias adotadas pela instituição; monitorar o seu funcionamento para garantir a disponibilidade de uso e a otimização da performance do ambiente, bem como assistir o desenvolvedor na implantação e na manutenção de sistemas, quanto à utilização dos recursos de banco de dados; executar técnicas para garantir a segurança da informação em banco de dados; e

c) pesquisar, planejar, implantar, instalar, configurar, manter e administrar redes de computadores, viabilizar meios de proteção, detecção e extinção de ameaças ao ambiente de Tecnologia da Informação - TI, utilizar ferramentas de backup, promover a segurança das

redes, analisar protocolos, configurar roteadores e switches, gerenciar servidores e serviços de rede, além de instalar e configurar hardware e software.

d) realizar levantamentos sobre negócio, informações e dados, participar do planejamento, execução, medição e melhorias dos processos de desenvolvimento de software; elaborar, executar e acompanhar projetos e/ou atividades recebidas dos setores; orientar e treinar usuários sobre os sistemas vigentes e as mudanças realizadas nas aplicações desenvolvidas pela área; realizar testes e auditorias de conformidade de sistemas, com vistas a implantações, aceitação do produto junto ao usuário, alterações sistêmicas e/ou melhorias solicitadas, visando manter controle do impacto sobre as rotinas vigentes;

e) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

Áreas de atuação a serem especificadas em concurso público:

- a) Desenvolvimento de Sistemas;
- b) Banco de Dados;
- c) Infraestrutura de Redes e Comunicação;
- d) Análise de Negócio;
- e) Dentre outras especificadas em ato próprio.

CARGO: Técnico Administrativo

Requisitos de Ingresso

Diploma de conclusão de nível médio.

Atribuições

- a) executar atividades de apoio ou suporte administrativo, relativas à área de gestão de pessoas, logística, patrimônio, manutenção serviços gerais, organização documental, orçamento e finanças;
- b) instruir processos, participar de pesquisas, estudos e controles referentes à sua área de atuação;
- c) realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

CARGO: Técnico em Informática (em extinção)

Requisitos de Ingresso

Diploma de nível médio e habilitação na área de informática conforme estabelecer o Edital de Concurso Público.

Atribuições

- a) Instalar, configurar e realizar a manutenção preventiva e corretiva de hardware e software relacionados aos serviços de infraestrutura de TI, instalar física e logicamente rede de dados,



prestar assistência na administração de redes de computadores e prestar suporte aos usuários nos aspectos de hardware e software.

b) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

CARGO: Auxiliar Administrativo (em extinção)

Requisitos de Ingresso

Diploma de conclusão de curso de nível fundamental.

Atribuições

a) Realizar atividades auxiliares de natureza administrativa, sob supervisão, nelas incluídas: classificar, arquivar e registrar documentos e processos; receber, estocar e fornecer materiais; operar equipamentos de reprodução de documentos em geral; digitar textos e digitalizar documentos.

b) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

CARGO: Digitador (em extinção)

Requisitos de Ingresso

Diploma de conclusão de curso de nível fundamental.

Atribuições

a) Operar computadores, impressoras para reproduzir textos manuscritos ou impressos, digitalizar documentos, preencher relatórios e alimentar sistemas;

b) Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

CARGO: Motorista (em extinção)

Requisitos de Ingresso

Diploma de nível médio e habilitação na categoria de interesse do Tribunal de Contas, conforme estabelecer o Edital de Concurso Público.

Atribuições

Conduzir veículos oficiais leves e pesados, para o transporte de pessoas e materiais; zelar pelas boas condições e manutenção dos veículos que compõem a frota oficial; cumprir os mandados de citação, audiência, comunicação de diligência, notificação e intimação; entregar ofícios e demais documentos; podendo, se solicitado, conduzir veículos locados pelo Tribunal e bem como os de propriedade dos membros e servidores no interesse do Tribunal. Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.

III – Cargos da área Jurídica

CARGO: Procurador Jurídico
Requisitos de Ingresso
Bacharel em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
Atribuições
<p>I – Representar o Tribunal de Contas junto ao Poder Judiciário, em todas as instâncias;</p> <p>II – Defender, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, os atos e prerrogativas do Tribunal de Contas;</p> <p>III – Exercer as funções de Consultoria e Assessoria Jurídica do Tribunal de Contas;</p> <p>IV – Receber citações e demais comunicações processuais referentes a quaisquer ações ou processos ajuizados contra o Tribunal de Contas ou nos quais deva intervir a Procuradoria-Geral;</p> <p>V – Cobrar judicialmente as multas aplicadas em decisão definitiva do Tribunal de Contas e não salgadas em tempo devido;</p> <p>VI – Emitir parecer, quando solicitado pela Presidência do Tribunal de Contas;</p> <p>VII – Acompanhar, junto aos órgãos de representação jurídica das unidades jurisdicionadas, os procedimentos adotados para a cobrança dos débitos impostos pelo Tribunal de Contas;</p> <p>VIII – Prestar informações nos mandados de segurança impetrados contra decisões do Tribunal de Contas ou contra atos praticados pelo seu Presidente ou qualquer de seus membros;</p> <p>IX – Representar, a juízo do Presidente, às autoridades competentes, na defesa da instituição e da constitucionalidade das leis federais e estaduais.</p> <p>X – Propor ao Presidente as providências cabíveis para a proposição ou edição de normas legais ou regulamentares, bem como para o aperfeiçoamento das práticas administrativas;</p> <p>XI – Opinar previamente com referência ao cumprimento de decisões judiciais e, por determinação do Presidente, nos pedidos de extensão de julgados relacionados com a Administração do Tribunal de Contas; e</p> <p>XII – Realizar demais atribuições de mesma natureza e grau de complexidade, inerentes à sua área de atuação.</p>

ANEXO IV

FORMA DE EVOLUÇÃO NA CARREIRA

I - Para os cargos de Auditor de Controle Externo, Analista Administrativo e Analista de Tecnologia da Informação



ANEXO V

Vencimentos Básicos

I – Vencimento Básico da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle

NÍVEL DE ATUAÇÃO								
TÉCNICO PROFISSIONAL					ESPECIALISTA		CONSULTOR	
CARGOS		AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	AUXILIAR DE CONTROLE EXTERNO	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	
I	A	7.128,92	3.628,48	2.310,78	-	-		
	B	7.342,79	3.737,33	2.380,10				
	C	7.563,07	3.849,45	2.451,50				
	D	7.789,96	3.964,94	2.525,05	8.958,45	4.559,68		
	E	8.023,66	4.083,89	2.600,80	9.227,21	4.696,47		
	F	8.264,37	4.206,40	2.678,82	9.504,03	4.837,37		
II	A	8.677,59	4.416,72	2.812,76	9.979,23	5.079,24		
	B	8.937,92	4.549,22	2.897,14	10.278,61	5.231,61		
	C	9.206,06	4.685,70	2.984,05	10.586,97	5.388,57		
	D	9.482,24	4.826,27	3.073,57	10.904,58	5.550,22		12.540,26
	E	9.766,71	4.971,06	3.165,78	11.231,72	5.716,73		12.916,47
	F	10.059,71	5.120,19	3.260,75	11.568,67	5.888,23		13.303,97
ESPECIAL	A	10.562,70	5.376,20	3.423,79	12.147,11	6.182,64	13.969,17	
	B	10.879,58	5.537,49	3.526,50	12.511,52	6.368,13	14.388,24	
	C	11.205,97	5.703,61	3.632,30	12.886,87	6.559,17	14.819,90	
	D	11.542,15	5.874,72	3.741,27	13.273,47	6.755,95	15.264,49	
	E	11.888,41	6.050,96	3.853,51	13.671,67	6.958,63	15.722,42	
	F	12.245,06	6.232,49	3.969,12	14.081,82	7.167,39	16.194,09	

II- Vencimento Básico da Carreira de Apoio Técnico Administrativo de nível superior

NÍVEL DE ATUAÇÃO							
CARGOS		TÉCNICO PROFISSIONAL		ESPECIALISTA		CONSULTOR	
		ANALISTA ADMINISTRATIVO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CLASSE	REF.	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO
I	A	7.128,92	7.128,92				
	B	7.342,79	7.342,79				
	C	7.563,07	7.563,07				
	D	7.789,96	7.789,96	8.958,45	8.958,45		
	E	8.023,66	8.023,66	9.227,21	9.227,21		
	F	8.264,37	8.264,37	9.504,03	9.504,03		
II	A	8.677,59	8.677,59	9.979,23	9.979,23		
	B	8.937,92	8.937,92	10.278,61	10.278,61		
	C	9.206,06	9.206,06	10.586,97	10.586,97		
	D	9.482,24	9.482,24	10.904,58	10.904,58	12.540,26	12.540,26
	E	9.766,71	9.766,71	11.231,72	11.231,72	12.916,47	12.916,47
	F	10.059,71	10.059,71	11.568,67	11.568,67	13.303,97	13.303,97
ESPECIALISTA	A	10.562,70	10.562,70	12.147,11	12.147,11	13.969,17	13.969,17
	B	10.879,58	10.879,58	12.511,52	12.511,52	14.388,24	14.388,24
	C	11.205,97	11.205,97	12.886,87	12.886,87	14.819,90	14.819,90
	D	11.542,15	11.542,15	13.273,47	13.273,47	15.264,49	15.264,49
	E	11.888,41	11.888,41	13.671,67	13.671,67	15.722,42	15.722,42
	F	12.245,06	12.245,06	14.081,82	14.081,82	16.194,09	16.194,09



III- Vencimento Básico da Carreira de Apoio Técnico Administrativo dos Cargos de Nível Médio de Técnico de Informática e Técnico Administrativo

NÍVEL DE ATUAÇÃO					
CARGOS		TÉCNICO PROFISSIONAL		ESPECIALISTA	
		TÉCNICO DE INFORMÁTICA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	TÉCNICO DE INFORMÁTICA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO
I	A	4.003,37	3.628,49		
	B	4.123,47	3.737,34		
	C	4.247,18	3.849,46		
	D	4.374,59	3.964,94	5.030,78	4.559,68
	E	4.505,83	4.083,89	5.181,70	4.696,47
	F	4.641,00	4.206,41	5.337,15	4.837,37
II	A	4.873,05	4.416,73	5.604,01	5.079,24
	B	5.019,24	4.549,23	5.772,13	5.231,61
	C	5.169,82	4.685,71	5.945,30	5.388,57
	D	5.324,92	4.826,28	6.123,65	5.550,22
	E	5.484,66	4.971,07	6.307,36	5.716,73
	F	5.649,20	5.120,20	6.496,58	5.888,23
ESPECIAL	A	5.931,66	5.376,21	6.821,41	6.182,64
	B	6.109,61	5.537,50	7.026,06	6.368,13
	C	6.292,90	5.703,63	7.236,84	6.559,17
	D	6.481,69	5.874,74	7.453,94	6.755,95
	E	6.676,14	6.050,98	7.677,56	6.958,63
	F	6.876,42	6.232,51	7.907,89	7.167,39

IV- Vencimento Básico da Carreira de Apoio Técnico Administrativo dos Cargos de Nível Médio de Motorista e dos Cargos de Nível Fundamental de Auxiliar Administrativo e Digitador

NÍVEL DE ATUAÇÃO		TÉCNICO PROFISSIONAL		
CARGOS		MOTORISTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	DIGITADOR
CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO	VENCIMENTO BÁSICO
I	A	2.728,25	2.310,78	2.310,78
	B	2.810,10	2.380,10	2.380,10
	C	2.894,40	2.451,50	2.451,50
	D	2.981,23	2.525,05	2.525,05
	E	3.070,67	2.600,80	2.600,80
	F	3.162,79	2.678,82	2.678,82
II	A	3.320,93	2.812,76	2.812,76
	B	3.420,56	2.897,14	2.897,14
	C	3.523,18	2.984,05	2.984,05
	D	3.628,88	3.073,57	3.073,57
	E	3.737,75	3.165,78	3.165,78
	F	3.849,88	3.260,75	3.260,75
ESPECIAL	A	4.042,37	3.423,79	3.423,79
	B	4.163,64	3.526,50	3.526,50
	C	4.288,55	3.632,30	3.632,30
	D	4.417,21	3.741,27	3.741,27
	E	4.549,73	3.853,51	3.853,51
	F	4.686,22	3.969,12	3.969,12



ANEXO VI

TABELAS DE ENQUADRAMENTO

I-Enquadramento dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle

Carreira de Auditoria, Inspeção e Controle							
Situação na Lei Complementar 307/2004				Novo enquadramento			
Cargos		Níveis	Referências	Referências	Classes	Cargos	
Nível	Nome					Nome	Nível
Superior	Auditor de Controle Externo	I	A	A	Classe I	Auditor de Controle Externo	Superior
			B	B			
			C	C			
			D	D			
			E	E			
			F	F			
Médio	Técnico de Controle Externo	I	G	A	Classe II	Técnico de Controle Externo	Médio
			H	B			
			I	C			
		II	A	D			
			B	E			
			C	F			
Fundamental	Auxiliar de Controle Externo – em extinção	II	D	A	Especial	Auxiliar de Controle Externo – em extinção	Fundamental
			E	B			
			F	C			
			G	D			
			H	E			
			I	F			

II -Enquadramento dos Servidores Integrantes da Carreira de Apoio Técnico e Administrativo

Carreira de Apoio Técnico e Administrativo							
Situação na Lei Complementar 307/2004				Novo enquadramento			
Cargos		Níveis	Referências	Referências	Classes	Cargos	
Nível	Nome					Nome	Nível
Superior	Técnico em redação Assistente Social Administrador Bibliotecário Economista Técnico em Comunicação Social Contador	I	A	A	Classe I	Analista Administrativo	Superior
			B	B			
			C	C			
			D	D			
			E	E			
	F		F	Analista de Tecnologia da Informação			
Médio	Agente Administrativo Técnico em Informática – em extinção Motorista	II	G	A	Classe II	Técnico Administrativo	Médio
			H	B		Técnico em Informática – em extinção	
			I	C		Motorista – em extinção	
			A	D			
			B	E			
			C	F			
Fundamental	Auxiliar administrativo – em extinção Digitador – em extinção Auxiliar de Serviços Gerais – em extinção	II	D	A	Especial	Auxiliar Administrativo – em extinção	Fundamental
			E	B		Digitador – em extinção	
			F	C		Auxiliar de Serviços Gerais – em extinção	
			G	D			
			H	E			
			I	F			



ANEXO VII
GRATIFICAÇÕES E AUXÍLIOS

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO	BASE DE CONCESSÃO	OBSERVAÇÕES
Gratificação de Representação	Devida ao Servidor efetivo ocupante de cargo do grupo de Chefia, Direção e Assessoramento Superior TC/CDS – 100, nos termos do artigo 26.	50% do valor da remuneração do cargo em comissão constante no Anexo IX.	Dispensa regulamentação
Auxílio Saúde	Destinado a subsidiar despesas com assistência à saúde dos agentes públicos em atividade.	Concedido na formada Lei Estadual nº Lei nº 1.644, de 29 de junho de 2006.	Depende de regulamentação.
Auxílio Alimentação	Destinado a subsidiar despesas com refeição, dos agentes públicos em atividade.	Concedido na forma da Lei Estadual nº 2.284, de 6, de abril de 2010	Depende regulamentação.
Auxílio Transporte	Devido a todos os Servidores ativos para fazer face às despesas com transportes e condução utilizados para o deslocamento, trabalho/residência/trabalho ou no cumprimento de ordem e serviço.	R\$ 266,40	Depende regulamentação.

<p>Gratificação de atividade de docência</p>	<p>Concedida ao agente público ou ao profissional contratado na forma da resolução que, na qualidade de instrutor, acumular o pleno exercício das atividades do seu cargo com atividades de docência para o público interno, externo e jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado, com pagamento Efetuado em forma de hora -aula, cujo valor será discriminado por nível de habilitação profissional.</p>	<p>Concedida na forma da Lei Complementar nº 591, de 22 de novembro de 2010.</p>	<p>Depende de regulamentação.</p>
<p>Gratificação Temporária de trabalhos extraordinários</p>	<p>Visa gratificar o agente público, por tempo determinado, em razão de tarefas especiais mediante prévia designação de Presidência do Tribunal.</p>	<p>Concedida na forma da Lei Complementar nº 591, de 22 de novembro de 2010.</p>	<p>Depende de regulamentação.</p>



Gratificação de Comissão de Licitação e Pregoeiro	Visa gratificar os servidores designados para ser pregoeiro, presidente da comissão de licitação, compor comissão de licitação ou equipe de apoio ao Pregoeiro.	Presidente R\$ 1.800,00 Membro R\$ 1.300,00	Devido aos servidores designados para compor Comissão de Licitação e ao Pregoeiro. Reajustável na mesma data e índices concedidos aos servidores do Tribunal. Dispensa regulamentação.
Gratificação de Comissão Disciplinar	Devida ao servidor efetivo e estável designado para atuar como presidente ou membro de Comissão de Sindicância ou de Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.	Presidente R\$ 1.800,00 Membro R\$ 1.300,00	Reajustável na mesma data e índices concedidos aos Servidores do Tribunal. Dispensa regulamentação.
Gratificação Especial de Segurança Institucional	Devida ao servidor efetivo requisitado para exercer atividades de segurança institucional no Tribunal de Contas do Estado, concedida enquanto perdurara necessidade excepcional de segurança.	R\$ 1.300,00	Reajustável na mesma data e índices concedidos aos servidores do Tribunal. Dispensa regulamentação
Gratificação de Comissão de Redação	Devida aos servidores designados para compor a Comissão de Redação e Atualização de Normas.	R\$ 1.300,00	Reajustável na mesma data e índices concedidos aos servidores do Tribunal.

			Depende de regulamentação.
Gratificação de Comissão de Gestão de Desempenho	Devida ao servidor designado para atuar como presidente ou membro da Comissão de Gestão de Desempenho	<p>Concedida na forma da Lei Complementar nº 786, de 15 de julho de 2014.</p> <p>Presidente R\$ 1.800,00</p> <p>Membro R\$ 1.300,00</p>	<p>Reajustável na mesma data e índices concedidos aos servidores do Tribunal.</p> <p>Depende de regulamentação.</p>



ANEXO VIII

VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE RESULTADO E DE QUALIFICAÇÃO

I – Gratificação de Resultados

CARGO	VALOR TOTAL R\$	ANO/ PERCENTUAL		
		2020	2021	2022
		60%	80%	100%
Auditor de Controle Externo	3.750,00	2.250,00	3.000,00	3.750,00
Técnico de Controle Externo	3.611,25	2.166,75	2.889,00	3.611,25
Auxiliar de Controle Externo	1.944,38	1.166,63	1.555,50	1.944,38
Analista Administrativo e de Tecnologia da Informação	3.055,50	1.833,30	2.444,40	3.055,50
Técnico Administrativo	2.916,75	1.750,05	2.333,40	2.916,75
Técnico em Informática (em extinção)	2.916,75	1.750,05	2.333,40	2.916,75
Auxiliar Administrativo e Digitador (em extinção)	1.944,38	1.166,63	1.555,50	1.944,38
Motorista (em extinção)	1.389,00	833,40	1.111,20	1.389,00

II – Gratificação de Qualificação

Quadro I – Cargos de Nível Fundamental

Cargos de Nível Fundamental						
Cargo	Classes	Referências	Valores conforme o Diploma apresentado			
			Graduação de Nível Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
Auxiliar de Controle Externo – em extinção	I	A	105,81	105,81	211,62	317,43
		B	107,92	107,92	215,84	323,76
		C	110,08	110,08	220,16	330,24
		D	112,28	112,28	224,56	336,84
		E	114,53	114,53	229,06	343,59
		F	116,82	116,82	233,64	350,46
Auxiliar	II	A	119,15	119,15	238,30	357,45
		B	121,54	121,54	243,08	364,62
		C	123,97	123,97	247,94	371,91
		D	126,45	126,45	252,90	379,35
		E	128,97	128,97	257,94	386,91



Administrativo – em extinção	Especial	F	131,56	131,56	263,12	394,68
		A	134,19	134,19	268,38	402,57
B		136,87	136,87	273,74	410,61	
C		139,61	139,61	279,22	418,83	
D		142,40	142,40	284,80	427,20	
E		145,25	145,25	290,5	435,75	
F		148,15	148,15	296,3	444,45	
Digitador–em extinção						

Quadro II – Cargos de Nível Médio

Cargos de Nível Médio						
Cargo	Classes	Referências	Valores conforme o Diploma apresentado			
			Graduação de Nível Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
Técnico de Controle Externo	I	A	151,69	151,69	303,38	455,07
		B	154,73	154,73	309,46	464,19
		C	157,82	157,82	315,64	473,46
		D	160,98	160,98	321,96	482,94
		E	164,20	164,20	328,40	492,60
		F	167,48	167,48	334,96	502,44
Técnico Administrativo	II	A	170,83	170,83	341,66	512,49
		B	174,25	174,25	348,50	522,75
		C	177,73	177,73	355,46	533,19
		D	181,29	181,29	362,58	543,87
		E	184,91	184,91	369,82	554,73
		F	188,61	188,61	377,22	565,83
	Especial	A	192,38	192,38	384,76	577,14
		B	196,23	196,23	392,46	588,69
		C	200,15	200,15	400,30	600,45
		D	204,16	204,16	408,32	612,48
		E	208,24	208,24	416,48	624,72
		F	212,41	212,41	424,82	637,23
Cargo	Classes	Referências	Valores conforme o Diploma apresentado			
			Graduação de Nível Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
		A	183,30	183,30	366,60	549,90
		B	186,97	186,97	373,94	560,91



Técnico de Informática – em extinção

I	C	190,71	190,71	381,42	572,13	
	D	194,53	194,53	389,06	583,59	
	E	198,42	198,42	396,84	595,26	
	F	202,38	202,38	404,76	607,14	
	II	A	206,43	206,43	412,86	619,29
		B	210,56	210,56	421,12	631,68
		C	214,77	214,77	429,54	644,31
		D	219,07	219,07	438,14	657,21
		E	223,45	223,45	446,90	670,35
		F	227,92	227,92	455,84	683,76
	Especial	A	232,47	232,47	464,94	697,41
		B	237,12	237,12	474,24	711,36
		C	241,87	241,87	483,74	725,61
		D	246,70	246,70	493,40	740,10
		E	251,64	251,64	503,28	754,92
		F	256,67	256,67	513,34	770,01

Cargo	Classes	Referências	Valores conforme o Diploma apresentado			
			Graduação de Nível Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado
Motorista – em extinção	I	A	124,92	124,92	249,84	374,76
		B	127,42	127,42	254,84	382,26
		C	129,97	129,97	259,94	389,91
		D	132,57	132,57	265,14	397,71
		E	135,22	135,22	270,44	405,66
		F	137,92	137,92	275,84	413,76
	II	A	140,68	140,68	281,36	422,04
		B	143,50	143,50	287,00	430,50
		C	146,36	146,36	292,72	439,08
		D	149,29	149,29	298,58	447,87
		E	152,28	152,28	304,56	456,84
		F	155,32	155,32	310,64	465,96
	Especial	A	158,43	158,43	316,86	475,29
		B	161,60	161,60	323,20	484,80
		C	164,83	164,83	329,66	494,49
		D	168,13	168,13	336,26	504,39
		E	171,49	171,49	342,98	514,47
		F	174,92	174,92	349,84	524,76

Quadro III – Cargos de Nível Superior

Cargos	Cargos de Nível Superior				
	Classe	Referência	Valores conforme o Diploma apresentado		
			Especialização	Mestrado	Doutorado
Auditor de Controle Externo	I	A	285,61	571,23	856,84
		B	291,33	582,65	873,98
		C	297,15	594,31	891,46
		D	303,10	606,19	909,29
		E	309,16	618,32	927,48
		F	315,34	630,68	946,02
Analista Administrativo		A	321,65	643,30	964,94
		B	328,08	656,16	984,24
		C	334,64	669,29	1.003,93



Procurador Jurídico

II	D	341,34	682,67	1.024,01	
	E	348,16	696,33	1.044,49	
	F	355,13	710,25	1.065,38	
	Especial	A	362,23	724,46	1.086,69
		B	369,47	738,95	1.108,42
		C	376,86	753,72	1.130,58
		D	384,40	768,80	1.153,20
		E	392,09	784,17	1.176,26
		F	399,93	799,86	1.199,79



ANEXO IX

Remuneração dos Cargos do Grupo de Chefia, Direção e Assessoramento - Código TC/CDS

CÓDIGO	REMUNERAÇÃO EM REAIS
TC/CDS-1	2.897,16
TC/CDS -2	4.683,52
TC/CDS -3	5.820,30
TC/CDS -4	6.632,28
TC/CDS -5	9.880,20
TC/CDS -6	11.504,15
TC/CDS -7	14.984,32
TC/CDS -8	21.879,48



ANEXO X

Valor da Função Gratificada dos Cargos do Grupo de Chefia, Direção e Assessoramento -
Código TC/FG

CÓDIGO	VALOR EM REAIS
TC/FG-3	3.316,14



ANEXO XI

ESTRUTURA DOS CARGOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ACESSORAMENTO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

UNIDADE	CARGO	CÓDIGO CDS	TOTAL 01:	CÓDIGO FG	TOTAL 02:
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	Secretário Executivo da Presidência	TC/CDS-8	1		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	2		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	5		
	Assessor III	TC/CDS-3	4		
	Assessor II	TC/CDS-2	14		
	Assessor I	TC/CDS-1	10		
	Assessor Jurídico	TC/CDS-5	2		
	Assessor Chefe de Cerimonial	TC/CDS-5	1		
	Assessor Chefe de Comunicação Social	TC/CDS-5	1		
	Assessor de Comunicação Social	TC/CDS-3	2		
	Assessor Chefe de Segurança Institucional	TC/CDS-5	1		
	Coordenador do Escritório de Projetos Estruturantes	TC/CDS-5	1		
	Assessor de Relações Institucionais	TC/CDS-3	1		
	Assessor Chefe Jurídico da Presidência	TC/CDS-6	1		
CONTROLADORIA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA DESPESA DOS CONTROLES INTERNOS CAAD/TC	Controlador	TC/CDS-6	1		
	Assessor de Controlador	TC/CDS-3	1		
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Secretário de Planejamento	TC/CDS-6	1		
	Assessor II	TC/CDS-2	1		
	Chefe da Divisão de Planejamento	TC/CDS-3	1		
	Chefe da Divisão de Orçamento	TC/CDS-3	1		
	Chefe da Divisão de Desenvolvimento Organizacional	TC/CDS-3	1		
SECRETARIA DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO	Secretário de Processamento e Julgamento	TC/CDS-6	1		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	1		
	Assessor II	TC/CDS-2	2		
	Chefe da Seção de Estatística	TC/CDS-2	1		



		Chefe da Seção de Revisão Redacional	TC/CDS-2	1		
		Diretor do Departamento de Uniformização da Jurisprudência	TC/CDS-5	1		
		Diretor do Departamento do Pleno	TC/CDS-5	1		
		Diretor do Departamento da 1ª Câmara	TC/CDS-5	1		
		Diretor do Departamento da 2ª Câmara	TC/CDS-5	1		
		Diretor do Departamento de Acompanhamento de Decisões	TC/CDS-5	1		
SECRETARIA ESTRATÉGICA TECNOLOGIA INFORMAÇÃO COMUNICAÇÃO	DE DA E	Secretário Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	TC/CDS-8	1		
		Assessor de Tecnologia da Informação	TC/CDS-4	4		
		Chefe da Seção de Serviços e Atendimento em Tecnologia da Informação	TC/CDS-2	1		
		Assessor de Governança	TC/CDS-2	1		
		Assistente de Tecnologia da Informação	TC/CDS-2	8		
		Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	TC/CDS-5	1		
		Chefe da Divisão Administração de Redes e Comunicação	TC/CDS-3	1		
		Chefe da Divisão de Hardware e Suporte Operacional	TC/CDS-3	1		
		Coordenador de Sistemas de Informação	TC/CDS-5	1		
		Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas	TC/CDS-3	1		
		Chefe da Divisão de Informação	TC/CDS-3	1		
		Chefe da Divisão de Análise de Negócios	TC/CDS-3	1		
		GABINETE CORREGEDORIA	DA	Chefe de Gabinete	TC/CDS-5	1
Assessor de Corregedor	TC/CDS-5			3		
Assistente de Gabinete	TC/CDS-2			1		
GABINETE OUVIDORIA	DA	Chefe de Gabinete	TC/CDS-5	1		
		Assessor de Ouvidor	TC/CDS-5	1		
		Assessor III	TC/CDS-3	1		



	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	1		
ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS CONSELHEIRO JOSÉ RENATO DA FROTA UCHÔA – ESCON	Diretor-Geral	TC/CDS-6	1		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	3		
	Diretor Setorial	TC/CDS-3	3		
	Assessor de Diretor	TC/CDS-3	1		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	3		
GABINETES DOS CONSELHEIROS	Chefe de Gabinete	TC/CDS-5	7		
	Assessor de Conselheiro	TC/CDS-5	28		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	28		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	14		
GABINETES DOS CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS	Chefe de Gabinete	TC/CDS-5	4		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	4		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	4		
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	Chefe de Gabinete	TC/CDS-5	1		
	Assessor de Procurador-Geral	TC/CDS-5	3		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	5		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	2		
GABINETES DOS PROCURADORES	Assessor de Procurador	TC/CDS-5	12		
	Assistente de Gabinete	TC/CDS-2	6		
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO	Secretário-Geral de Controle Externo	TC/CDS-8	1		
	Secretário-Geral Adjunto de Controle Externo	TC/CDS-7	1		
	Assessor III	TC/CDS-3	1		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	5		
	Coordenador	TC/CDS-5	10		
	Coordenador Adjunto				FG-3
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	Secretário-Geral de Administração	TC/CDS-8	1		
	Assessor Técnico	TC/CDS-5	4		
	Assessor III	TC/CDS-3	2		



Assessor II	TC/CDS-2	2		
Secretário Executivo de Licitações e Contratos	TC/CDS-6	1		
Assessor II	TC/CDS-2	2		
Chefe da Divisão de Gestão de Convênio, Contratos e Registros de Preços	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Planejamento e Licitações	TC/CDS-3	1		
Secretário de Gestão de Pessoas	TC/CDS-6	1		
Assessor II	TC/CDS-2	2		
Chefe da Divisão de Seleção e Desenvolvimento de Pessoas	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Administração de Pessoal	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Gestão de Desempenho	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Bem-Estar no Trabalho	TC/CDS-3	1		
Secretário de Infraestrutura e Logística	TC/CDS-6	1		
Assessor II	TC/CDS-2	2		
Diretor de Departamento de Gestão da Documentação	TC/CDS-5	1		
Chefe da Divisão de Protocolo e Digitalização	TC/CDS-3	1		
Diretor do Departamento de Serviços Gerais e Patrimônio	TC/CDS-5	1		



Chefe da Divisão de Serviços e Transporte	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Patrimônio	TC/CDS-3	1		
Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura	TC/CDS-5	1		
Chefe da Seção de Manutenção e Reparos	TC/CDS-2	1		
Diretor do Departamento de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária	TC/CDS-5	1		
Chefe da Divisão de Finanças e Execução Orçamentária	TC/CDS-3	1		
Chefe da Divisão de Contabilidade	TC/CDS-3	1		
SUBTOTAL: CARGOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO E FUNÇÕES GRATIFICADAS		276		10
TOTAL: CARGOS DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO E FUNÇÕES GRATIFICADAS			286	



Anexo XII

DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Fato que afetam a idoneidade moral e a conduta ilibada

- I- habitualidade em descumprir obrigações legítimas;
- II - Exibição em público com pessoas possuidoras de antecedentes criminais ou integrantes de organizações ou associações criminosas;
- III - Prática de ato que possa comprometer as atividades do Tribunal de Contas;
- IV - Uso ou dependência de drogas ilícitas;
- V - Vício de embriaguez;
- VI - Prática comprovada de ato que possa ser enquadrado como infração penal durante a realização do certame;
- VII - Habitualidade na prática de transgressões disciplinares administrativas;
- VIII - Apoio, ainda que meramente moral, participação ou filiação como membro, sócio ou dirigente, em entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às disposições da Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito;
- IX - Veiculação de discurso de ódio, por qualquer meio;
- X - Existência de registros criminais;
- XI - Demissão de cargo público e destituição de cargo em comissão, no exercício da função pública em órgão da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, mesmo que com base em legislação especial;
- XII - Demissão por justa causa nos termos da legislação trabalhista;
- XIII - Prática habitual de jogo proibido;
- XIV - Existência de outras sanções aplicadas ao candidato em função de práticas delituosas;
- XV - Declaração falsa ou omissão de registro relevante sobre sua vida pregressa;
- XVI - Outras condutas que revelem a falta de idoneidade moral ou social do candidato, ainda que não consideradas ilícitas, desde que incompatíveis com a natureza da função dos cargos;